

# Resumo de notícias econômicas

06 de julho de 2021 (terça-feira)

Ano 3 n. 125

Núcleo de Inteligência da Sedet



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E TRABALHO

# PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 06 DE JULHO DE 2021

## Super-ricos vão bancar parte da arrecadação com taxaço de dividendos

### O Estado de S. Paulo

Metade dos R\$ 54 bilhões que o governo espera arrecadar com a volta da tributação sobre lucros e dividendos deve ser paga por 20 mil pessoas com renda média anual de R\$ 15 milhões e patrimônio médio de R\$ 67 milhões. Esse grupo está no topo da lista dos 3,6 milhões de contribuintes no Brasil que receberam R\$ 480 bilhões de rendimentos com lucros e dividendos distribuídos pelas empresas para remunerar o capital investido pelos sócios.

As estimativas foram feitas pelo economista Sérgio Gobetti, com base nos dados do Imposto de Renda de 2020. O fim da isenção – benefício em vigor há 25 anos no País – está no projeto de reforma do IR apresentado pelo governo e se transformou numa disputa entre o ministro Paulo Guedes, e empresários e investidores. No projeto, o governo propôs ao Congresso uma alíquota de 20%, com exceção para os acionistas que recebem R\$ 240 mil por ano de micro e pequenas empresas. As simulações mostram que a taxaço de 20% poderia render cerca de R\$ 69 bilhões anuais, sendo que 48% seriam pagos por contribuintes com renda superior a 320 salários mínimos mensais (hoje, R\$ 352 mil). Especialista no tema, Gobetti alerta, que as grandes empresas deverão passar a reter lucros para fugir da nova tributação, reduzindo na prática a arrecadação efetiva do novo imposto. Além disso, ele estima que outras isenções mantidas no mesmo projeto custem cerca de R\$ 27 bilhões. Sem as isenções e as retenções, a tributação de 20% sobre dividendos somaria cerca de R\$ 100 bilhões, já que o volume de lucros distribuídos chegou a R\$ 480 bilhões em 2019, segundo dados da Receita.

Se a mudança for aprovada pelos parlamentares, espera-se uma arrecadação de apenas R\$ 18 bilhões no próximo ano, porque as empresas tendem a antecipar o pagamento de dividendos referentes a este ano para evitar a tributação. Já a partir de

2023, a expectativa é chegar a R\$ 54 bilhões. A proposta de tributar dividendos e extinguir a principal dedução que as empresas podem utilizar hoje no pagamento do seu IR – os chamados Juros sobre Capital Próprio – tem sido atacada pelo mercado e por tributaristas. Argumenta-se que a tributação combinada dos lucros ao nível da empresa e da pessoa física poderá ultrapassar os 43%, o que corresponde ao patamar hoje praticado por países mais desenvolvidos. Eles avaliam que essa carga tributária, embora parecida com a média dos países da OCDE, seria muito alta para um país como o Brasil e numa situação de crise como a atual.

Para o especialista em Direito Tributário e sócio-fundador do LLH Advogados, Eduardo Lustosa, a maioria do empresariado perde com a reforma. “Fica claro que haverá aumento da carga tributária para as empresas.” Para ele, a tributação dos lucros e dividendos poderá levar a companhia a reduzir a distribuição dos resultados aos acionistas para reinvestir eventual lucro adicional, o que, a longo prazo, implicaria valorização da empresa. “O que ainda não se pode prever é se, com o atual cenário de instabilidades, o investidor apostaria em uma valorização a longo prazo. Assim, a curto prazo, as empresas não são beneficiadas pela reforma. A longo prazo, pode ser uma aposta, para os casos de reinvestimento no lugar de distribuição de lucros.”

Alguns especialistas, porém, discordam dessa abordagem, alegando que a redução do IR das empresas também prevista na proposta do governo, embora pequena, pode ter efeitos benéficos para a competitividade das empresas brasileiras e que, ao contrário, a tributação sobre dividendos distribuídos aos sócios não afetaria negativamente os investimentos, visto que hoje o Brasil é um dos poucos países do mundo que isentam esse tipo de renda.

A retenção de lucros pelas empresas, para fugir da tributação imediata, pode estimular novos investimentos, como ocorreu na França depois do aumento promovido na tributação de dividendos em 2013. Estudo da Universidade de Princeton mostra que a retenção de lucros pelas empresas francesas não só aumentou os investimentos, como também as vendas, uma maior poupança das empresas permitiu que elas oferecessem melhores condições de pagamento aos seus clientes. Consultor de política tributária para o FMI, Banco Mundial e governo da Austrália, o brasileiro Ricardo Varsano diz que foi um erro a isenção concedida no Brasil. “A maior parte dos países tributa dividendos.

Os EUA é o país mais capitalista do mundo e tributa dividendos”. Segundo ele, essa tributação é distributiva de renda porque “pega” muito mais as pessoas de renda alta. “Quem é acionista de empresa no Brasil é classe média para cima.”

## **20 mil recebem R\$ 230 bi sem pagar IR**

### **Broadcast**

Diante da acusação de empresários de que a reforma do Imposto de Renda apresentada pelo governo elevaria a carga tributária, o secretário especial da Receita Federal, José Tostes, afirma que não se pode misturar a tributação de empresas com a de pessoas físicas e cita uma distorção na isenção de lucros e dividendos. “Temos aqui apenas 20.858 pessoas, numa população de 210 milhões, que receberam R\$ 230 bilhões sem pagar imposto”, afirma. Essas pessoas pagaram só 1,8% de todo o rendimento que receberam, argumenta Tostes. Confira os principais trechos da entrevista:

- **A carga tributária do Brasil está em torno de 31%. A maior crítica é de que a Receita colocou muita gordura na proposta para aumentar a arrecadação.**

Não concordamos com essa avaliação. Fizemos uma proposta para ter equilíbrio entre medidas que aumentam e que reduzem a arrecadação. Esses argumentos de que haverá aumento, precisamos avaliar de que forma estão sendo calculados. O não aumento da carga tributária é um princípio que o ministro Paulo Guedes colocou no início do seu trabalho.

- **A carga não aumenta?**

De fato, a carga tributária não aumentou. Se essas medidas agora possibilitarem algum aumento de carga, não será por conta delas em si, porque, como nós estamos vendo, está havendo um aumento de arrecadação este ano que poderá ser utilizado para reduzir incidências tributárias no próximo ano. Estamos com resultados bastante auspiciosos de arrecadação este ano, e que não têm nada a ver com o aumento de impostos, de alíquotas ou alterações nas regras tributárias.

- **O sr. falou que não tem como saber como está sendo feita a conta do aumento de carga. A Receita também divulgou apenas parcialmente os números. Eles serão detalhados?**

Sim. Estamos preparando uma nota exaustivamente detalhada, inclusive quanto a parâmetros, quanto às variáveis, quanto à metodologia utilizada. Veja que, por exemplo, a alíquota da pessoa jurídica está sendo reduzida para 29%, e está sendo extinta a isenção do Imposto de Renda incidente sobre a distribuição dos dividendos, com uma alíquota de 20%. Muitos comentários que revelam a preocupação com o aumento de carga tributária somando as duas alíquotas. Completamente errado esse cálculo. Não posso somar os 29% da pessoa jurídica com os 20% da distribuição dos dividendos. São tributos que incidem sobre contribuintes distintos, pessoa jurídica e pessoa física.

- **Mesmo assim, fica em 43%, o que os críticos acham alto.**

Exatamente a mediana dos países da OCDE. É 43,75%. E aí você vai ver: os 29% que incidem sobre o lucro da pessoa jurídica estão um pouco acima da média da OCDE, e os 20% na distribuição de dividendos estão bem abaixo.

- **O sr. pode dizer onde está o caráter distributivo da proposta?**

As empresas estão tendo uma redução de impostos, de 34% para 29%. Isso é uma brutal redução de alíquota que incide sobre o setor produtivo. O que está sendo criado, como nova incidência, é sobre uma renda de pessoa física, sócio de pessoa jurídica, que é isento até hoje e vai passar a ser tributado em 20%, o que não é novidade na maioria dos países. O Brasil antes de 1995 tinha exatamente este modelo de tributar a pessoa jurídica e tributar também a distribuição na pessoa física. Em 1995, optou por tributar só na jurídica e isentar a pessoa física. Agora, estamos avaliando voltar à situação anterior, usada hoje na maioria dos países.

- **Há uma confusão entre empresa e pessoa física?**

Claro. Se a pessoa jurídica obtiver um lucro, vai pagar pela proposta 29%. Se reinvestir no próprio negócio os seus lucros, se capitalizar, se expandir em termos de investimentos com o seu próprio lucro, a tributação acabou aí. Só vai haver a incidência dos 20% se este lucro for distribuído como rendimento à pessoa física do sócio. Se ela reinvestir o lucro no próprio negócio, na expansão empresarial, na geração de empregos, não vai haver tributação dos 20%. Então, é uma medida que estimula o reinvestimento na própria empresa.

- **Quem hoje recebe na pessoa física esses lucros e dividendos e por que há essa grita diante da proposta de tributação?**

Os que recebem acima de 320 salários mínimos (mais de R\$ 352 mil por mês). São 20.858, que recebem de rendimentos isentos R\$ 230,81 bilhões. Não preciso dizer muito mais para identificar quem vai deixar de ser isento e vai pagar imposto a partir de agora. E mais ainda: se você somar os rendimentos tributáveis dessas 20.858 pessoas, que são apenas R\$ 18 milhões tributados como salário e como rendimentos de trabalho, e os R\$ 230 bilhões como dividendos e rendimentos isentos, essas 20.858 pessoas terminam por ter uma alíquota média de imposto de 1,8%. Ou seja, considerando todos os rendimentos que receberam, o imposto que elas pagaram representa 1,8%. Vamos mostrar os números e ver de fato quem vai ser afetado com esta medida. Nós temos aqui apenas 20.858 pessoas, numa população de 210 milhões, que receberam R\$ 230 bilhões sem pagar imposto. Isentos de acordo com a legislação atual, não tem nada de ilegal aqui.

- **E o caso de contribuintes que detêm ações de empresas, estão na faixa até R\$ 20 mil por mês, mas não terão isenção porque o incentivo só valerá para micro e pequenas empresas?**

Esse público existe, mas sem dúvida é muito reduzido em relação ao conjunto. É um tema que estamos discutindo, e podemos fazer ajustes para aperfeiçoar a proposta.

- **Não há a preocupação de o projeto ficar uma “emenda pior do que o soneto”, como aconteceu com a MP da Eletrobrás?**

Estamos já em interação com o Congresso. É claro que isso ainda vai ter desdobramentos na votação a partir das emendas que forem apresentadas, existe naturalmente a possibilidade de o texto ser alterado. Mas estamos na expectativa de que os princípios gerais e as regras mais importantes do projeto possam ter a aprovação no Congresso.

## **Rappi faz parceria com a Visa em cartão de crédito no Brasil**

### **Broadcast**

O aplicativo de entrega Rappi está lançando cartões de crédito para seus usuários no Brasil, expandindo o portfólio de produtos financeiros. O Rappi fez parceria com a

Visa para oferecer os cartões de crédito, marcando a quarta colaboração entre as empresas na América Latina, após lançamentos semelhantes no México, Colômbia e Peru. O Rappi também planeja expandir os serviços financeiros em seus cinco mercados restantes.

O Rappi, que chegou ao Brasil em 2017, junta-se aos principais grupos do comércio eletrônico, como Mercado Livre, Magazine Luiza e Via Varejo, no lançamento de ferramentas financeiras integradas. Em 2020, os pagamentos eletrônicos no Brasil totalizaram R\$ 2 trilhões, um aumento de 8,2% em relação a 2019. Os usuários de cartões de crédito Rappi receberão pelo menos 3% de reembolso em compras Rappi e um mínimo de 1% em outros lugares.

O Rappi oferece linhas de crédito de capital de giro para proprietários de restaurantes e comerciantes com os quais tem parceria, uma estratégia realizada por rivais do delivery, como o ifood. Félix disse que o aplicativo está planejando lançar produtos de seguro para animais de estimação e celulares e se tornar um banco de varejo com serviço completo.

## **Indústria cresce, mas ainda acumula perdas**

### **Broadcast**

O avanço de 1,4% da produção industrial em maio em relação a abril tem vários significados animadores. O resultado, em si, é bastante satisfatório. Além disso, com o crescimento em maio, interrompe-se uma sequência de três meses de queda, nos quais o resultado acumulado foi a redução de 4,7% da produção.

Se comparado com o resultado de 2020, o aumento foi de 24,0%, o segundo maior da série estatística do IBGE e o sétimo resultado mensal positivo consecutivo na comparação com os dados do ano anterior. Nessa comparação, a produção de bens de capital em maio aumentou 76,7% e a de bens de consumo duráveis, 149,4%.

Os motivos apontados pelo gerente da Coordenação de Indústria do IBGE, André Macedo, para os bons resultados de maio são os que, em geral, explicam a aceleração da atividade em outros segmentos da economia.

Os principais são o alívio das restrições sanitárias à medida que avança a vacinação da população e os números diários de infectados e de mortes pela covid-19

crecem menos ou até diminuem. Além disso, o reinício, em abril, do pagamento do auxílio emergencial para a população de menor renda estimulou o consumo e a produção.

“Embora em magnitude muito abaixo do que foi pago no ano passado, é algo que incorpora um pouco de renda na economia”, disse Macedo sobre o auxílio. Mas não há certeza sobre sua continuidade. “A grande questão é se isso vai permanecer daqui para a frente ou não.”

Apesar de propiciar comparações até exuberantes, como algumas citadas acima, o desempenho da indústria não chega a ser satisfatório. Seu dinamismo é baixo, como mostraram os dados dos quatro primeiros meses do ano. A alta taxa de desocupação, a estagnação da massa de rendimentos pagos e o ressurgimento do problema inflacionário inibem a expansão da produção. O elevado índice de crescimento em relação a 2020 se deve a uma base de comparação baixa. Se comparada com a de 2019, a produção de maio deste ano é 3,1% menor. A produção da indústria ainda é 16,7% menor do que a do pico alcançado em maio de 2011. A produção de bens de capital, em particular, é 26,5% menor do que do pico de setembro de 2013.

## **Já foi super. Hoje, está perto do fim**

### **O Estado de S. Paulo**

O corte em verba do Inpe deve significar a desativação do supercomputador Tupã, máquina comprada em 2010 por US\$ 23 milhões. O funcionamento é precário. Comprado por US\$ 23 milhões em 2010, o Tupã já foi o principal supercomputador do Brasil. Durante oito anos, ele foi uma ferramenta fundamental no processamento e na análise de dados do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (Cptec), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Sem recursos para ser atualizado, porém, o equipamento chega a 2021 operando por meio de “gambiarras” – e o seu desligamento iminente deve causar um apagão de informações meteorológicas no País. Com gasto anual de R\$ 5 milhões de energia elétrica e de R\$ 1 milhão em manutenção, o Tupã teve seu desligamento antecipado para agosto de 2021 (o plano inicial era dezembro), como anunciado pela diretoria do Inpe no começo de junho.



Dos R\$ 76 milhões previstos no orçamento do órgão, só R\$ 44,7 milhões foram liberados – a verba de cerca de R\$ 31,3 milhões destinada pela Agência Espacial Brasileira (AEB) não chegou, segundo o Inpe. A AEB contesta, e diz que repassou R\$ 26 milhões em junho. Diz também que essas verbas não são destinadas ao custeio do Inpe.

Mesmo que os recursos chegassem na totalidade, o orçamento é menor do que os R\$ 118,2 milhões destinados em 2020. O desligamento por falta de verba é só o capítulo final do percurso de dificuldades do supercomputador – desde o fim de 2014, a sua operação vem encontrando obstáculos. Tupã é só um apelido carinhoso: o equipamento é o modelo XE-6 da Cray, empresa americana. Em 2015, a Cray deixou de vender o modelo XE-6. A partir de dezembro de 2014, o Inpe começou a negociar com a empresa processos de manutenção para a extensão da vida útil da máquina. O último desses acordos tinha validade até 2017, ano final em que a Cray garantia peças de reposição para o modelo XE-6. Foi em 2017 que o Inpe comunicou ao MCTIC sobre a necessidade da compra de nova máquina. Ricardo Galvão, diretor do Inpe na época, pleiteava-se uma máquina 30 vezes mais veloz. O custo estimado era de R\$ 150 milhões, o projeto não foi aprovado. A solução encontrada para manter a capacidade de processamento foi mais simples. Por R\$ 9,6 milhões, o Inpe recebeu o modelo CX-50, também da Cray, que tinha velocidade um pouco maior do que alcançava o Tupã original. Em 2018, o CX-50 foi anexado ao Tupã. Porém, a operação precisou passar por adaptações importantes. Dos 14 gabinetes que compõem o equipamento original, seis precisaram ser desligados.

Com a capacidade do XE-6 reduzida, as atividades foram separadas. O equipamento mais novo ficou com aquilo que o Inpe chama de processos operacionais: a previsão do tempo, que ocorre ao menos duas vezes por dia, e a previsão sazonal, que mira mudanças climáticas para os três meses seguintes. O Tupã ficou com a geração de cenários futuros de longo prazo. Ele manteve o processamento de outras pesquisas climáticas e o backup da operação diária.

Com o CX-50, o Inpe planejou estender até 2020 a vida útil do Tupã. Uma das formas para tentar ganhar tempo até a compra de um novo computador foi pleitear junto ao MCTIC a compra de mais dois equipamentos com especificações similares às do CX-50. Além disso, o Inpe e o MCTIC iniciaram em 2019 conversas com o Programa

das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e acertaram a compra de um equipamento auxiliar.

O processo para a chegada da máquina foi conduzido ao longo de 2020. Esse é o mesmo equipamento que, no último dia 15 de junho, foi anunciado pelo ministro Marcos Pontes como uma espécie de substituto, após a repercussão negativa sobre o desligamento do Tupã. A máquina, porém, chegaria de qualquer maneira ao Inpe.

O novo equipamento não resolve as demandas do órgão. “É só um paliativo, pois ele é um computador de menor porte”, explica Gilvan Sampaio, coordenador-geral de ciências da Terra no Inpe. O preço indica que se trata de um equipamento auxiliar: US\$ 729 mil. Sampaio estima que o custo de um novo Tupã gire em torno de US\$ 40 milhões. O valor incluiria também a reforma da infraestrutura do Inpe – a mesma desde 1994 – para receber a nova máquina. “Precisamos modernizar o sistema de refrigeração”, diz. Em outras palavras, em mais de uma década, o Inpe retrocedeu em capacidade computacional, movimento contrário ao que demanda o processamento de modelos climáticos atuais.

## **Desligamento tem impacto econômico, social e científico**

### **O Estado de S. Paulo**

Sem o supercomputador Tupã, que pode ser desligado já no mês que vem por falta de verbas previstas no orçamento da instituição, ficam prejudicadas decisões nacionais de segurança alimentar, energética e hídrica – há ainda impacto econômico e científico no Brasil.

Os dados processados pelo Tupã são fornecidos para o Centro Nacional de Desastres Naturais (Cenad), a Agência Nacional de Águas (Ana), a Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha (DHN), o Departamento de Controle do Espaço Aéreo da Aeronáutica (Decea), o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), o Ministério de Minas e Energia, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), além de centros estaduais de meteorologia.

A importância se acentua quando é considerado o fato de que o Brasil atravessa a pior crise hídrica dos últimos 91 anos. “Em plena crise, podemos ter um apagão dessas

informações”, explica Gilvan Sampaio, coordenador-geral de ciências da Terra no Inpe. Sem o recurso, ficarão prejudicadas as previsões climáticas de longo prazo, especialmente importantes para eventos climáticos extremos, como períodos de seca. A ausência desses dados pode causar impacto econômico. Segundo relatório do Banco Mundial, a previsão meteorológica tem impacto de US\$ 160 bilhões na economia mundial. No Brasil, a agricultura seria um dos setores prejudicados. “A gente não tem como fazer uma previsão tão assertiva a longo prazo. A última safra atrasou o início do período chuvoso, que impactou no atraso da soja. A maioria das empresas que trabalham com consultoria usa o produto que o Inpe gera.” As previsões de longo prazo do supercomputador são fundamentais para os relatórios que o Brasil produz no Painel sobre Mudança do Clima (IPCC), da ONU que visa informar governantes do mundo sobre mudanças climáticas. “Se não tivermos os dados do Tupã, o Brasil vai recorrer a modelos feitos por outros países? Será que esses modelos são precisos?”, diz Sampaio.

Segundo Douglas Lindermann, professor da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), a falta de informações climáticas a longo prazo pode influenciar diretamente no planejamento do plantio e da colheita, e o impacto seria importante para pequenos produtores, pois o Inpe fornece todas essas previsões gratuitamente. Alfredo Goldman, professor do Instituto de Matemática e Estatística da USP, explica que a operação de um supercomputador como o Tupã é uma ferramenta política. Segundo ele, é necessário ter o equipamento e justificar quais são os benefícios para o País. Os prejuízos também são científicos. Para que modelos de previsão climática sejam precisos, eles necessitam do processamento constante de informações – quantos mais dados, mais afiados eles ficam. Sem uma máquina desse porte, o Brasil corre o risco de perder os cientistas especializados em modelos climáticos. “O modelador é um ser raro. Ele é quem encontra as soluções para termos as previsões mais precisas. Se não tivermos como trabalhar com isso, eles podem começar a deixar o Brasil”.

## **O forte avanço dos financiamentos imobiliários**

### **Broadcast**

Os financiamentos imobiliários com recursos das cadernetas do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) estão apresentando resultados notáveis. A

cada mês, o aumento porcentual em relação a igual período do ano passado vem sendo maior. Isso ocorreu tanto nos dois primeiros meses do ano, ou seja, quando a base de comparação não mostrava o efeito da pandemia, como nos seguintes. O resultado acumulado dos cinco primeiros meses deste ano, com financiamentos de R\$ 77,38 bilhões, é de crescimento de 127% na comparação com igual período de 2020, de acordo com o boletim da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip). O desempenho dos negócios em maio teve grande influência no resultado do ano. Naquele mês, os financiamentos imobiliários somaram R\$ 17,47 bilhões, o maior volume nominal mensal para maio em toda a série de pesquisa da Abecip. É um valor 144,9% maior do que o de maio de 2020 e 4,6% acima do de abril deste ano.

Entre junho de 2020 e maio último, o total de financiamentos com recursos das cadernetas de poupança alcançou R\$ 167,28 bilhões, 96,5% maior do que o do período anterior.

De janeiro a maio, foram financiados 331,8 mil imóveis com recursos da poupança do SBPE, 160,1% mais do que nos primeiros cinco meses de 2020. No resultado acumulado de 12 meses até maio, o total vendido alcançou 630,98 mil unidades, 98% mais do que no período precedente (318,61 mil unidades).

O mercado apresentou resultados exuberantes na primeira década deste século. Mas, à medida que se aprofundava a crise do governo da presidente Dilma Rousseff, os resultados passaram a piorar. Os altos índices de expansão praticamente desapareceram já no final do primeiro mandato de Dilma (2010-2014) e se transformaram em perdas expressivas nos três anos seguintes. Mas a recuperação tem sido firme nos últimos anos.

Decerto a pandemia afetou muitas decisões familiares a respeito da compra de imóvel. Mas o que as estatísticas da Abecip mostram é que, a despeito do impacto que a crise da covid19 possa ter tido sobre o mercado imobiliário a partir de março de 2020, ela não rompeu a recuperação dos financiamentos com recursos das cadernetas observada a partir de 2018.

## MERCADOS E ÍNDICES SELECIONADOS

DADOS DEMOGRÁFICOS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Área Km2	148.894	-	8.510.295	
População	9.187.103	57.374.243	211.755.692	
Dens demográfica hab/km2	56,76		22,43	

Fonte: IBGE

INDICADORES SOCIAIS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Índice de GINI:	0,6193	0,6277	0,6086	
Renda domiciliar per capita R\$	942	-	2.398,00	
Expectativa da Vida	74,1	-	76,7	2017
IDH	0,68	-	0,765	2010

Fonte: IBGE

DADOS ECONÔMICOS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
PIB	R\$ 156,1 BI	-	R\$ 6,90 TRI	2020
Saldo da Balança Comercial (Em Mi US\$)	-318,8 (12º)	-	7.907,8	Jan-Mar/2021
Estoque do Volume de Crédito	87,76 BI		4,05 TRI	Fev/2021
INFLAÇÃO				
	RMF	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Meta	-	-	3,75	2021
IPCA (Acumulado no Ano)	3,36		2,37	04/2021

Fonte: Banco Central, ME e IBGE

MERCADO DE TRABALHO				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Contratações	150.989	812.613	6.406.478	Jan-Abr/2021
Demissões	130.963	724.037	5.448.589	Jan-Abr/2021
Saldo de Empregos Gerados	20.026	88.576	957.889	Jan-Abr/2021
Desocupação (%)	14,4	17,2	13,9	4 TRI 2020
Nível de Ocupação (%)	42,8	41,6	48,9	4 TRI 2020
População em Idade de Trabalho	7.620 (100%)	46.767 (100%)	176.362(100%)	4 TRI 2020
Força de Trabalho (mil)	3.808 (50%)	23.484 (50%)	100.104 (57%)	4 TRI 2020
Ocupada (mil)	3.260	19.455	86.179	4 TRI 2020
Desocupada (mil)	548	4.029	13.925	4 TRI 2020
Fora da Força de Trabalho (mil)	3.812 (50%)	23.283 (50%)	76.258 (43%)	4 TRI 2020

Fonte: IBGE e ME

Total de Empresas Ativas -2021				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Empresas Ativas	600.790	3.462.249	19.907.733	2020

Fonte: ME

Abertura/Fechamento de Empresas – Ceará -2018 a 2021					
Especificação	Total do Ano			2021	
	2018	2019	2020	Maio	Até Maio
	Abertura	69.981	84.948	89.084	8.455
Fechamento	71.796	31.501	27.463	2.735	14.638
Saldo	-1.815	53.447	61.621	5.720	31.048

Fonte: JUCEC

CONDEC – 2020 e 2021				
	Protocolos (Atraídos)		Resoluções (Implantados)	
	2020	2021 (Até Maio)	2021	2021 (Até Maio)
Quantidade	39	13	19	2
Investimentos Privados Projetados (R\$)	881.278.406,90	66.902.080,54	165.696.341,37	48.222.455,48
Emprego Direto Projetados	7296	1297	1965	10

Fonte: ADECE

PECEM – Total de Movimentação de Cargas (Toneladas) – 2018 a2021					
Período	Total do Ano			2021	
	2018	2019	2020	Abril	Até Abril
		17.214.859	18.096.308	15.930.483	1.755.051

Fonte: CIPP